

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 11, Número 1, Junho de 2022

A metamorfose social e a democracia

Sérgio Abranches

Representação, participação e o futuro da democracia

Bruno P. W. Reis

Democracia e neoliberalismo: um encontro fatal

Céli Regina Jardim Pinto

Teorias conspiratórias e democracia

Bernardo Sorj

O maior temor de Putin

Robert Person e Michael McFaul

O renascimento da ordem mundial liberal

Lucan Ahmad Way

GOLPE NA TUNÍSIA

A democracia está perdida?

Moncef Marzouki

O arco da democracia: do renascimento à ameaça

Larry Diamond

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis Isabel Penz
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 11,
Número 1, São Paulo, Junho de 2022
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

Em maio de 2022, o *Journal of Democracy em Português* — uma publicação semestral da Plataforma Democrática, disponível gratuitamente na internet — completou dez anos e, para comemorar a data, preparamos uma edição ampliada composta por oito artigos: quatro deles inéditos, escritos por autores brasileiros, e quatro traduções de textos originalmente publicados na versão em inglês do *Journal*.

O fio condutor dos trabalhos aqui reunidos é a preocupação (e até mesmo a perplexidade) diante dos enormes desafios que a democracia enfrenta em todo o mundo e também no Brasil a esta altura do século 21, e a tentativa de analisá-los e compreendê-los em seus diferentes aspectos em busca de possíveis caminhos para reinventá-la e fortalecê-la.

No primeiro texto inédito, o cientista político Sérgio Abranches interpreta a instabilidade, as incertezas e as contradições de nosso tempo como resultado de uma verdadeira metamorfose das sociedades contemporâneas, nos planos social, científico-tecnológico e ambiental. Aquecimento climático, substituição crescente do trabalho humano por máquinas inteligentes, avanços científicos que estendem a expectativa de vida, ao mesmo tempo que colocam problemas morais inéditos, são grandes desafios que exigem níveis de cooperação, competência e conhecimento não disponíveis mesmo nos países mais avançados.

As democracias, nas quais a palavra é livre e as autoridades sujeitas ao voto, sofrem com o desencanto e o descrédito resultantes da dificuldade que mostra para dar respostas às incertezas, medos e aspirações exacerbadas pela mudança histórica em curso. Mas são elas, e não os regimes fechados e autoritários, ressalta Abranches, as mais aptas a encontrar respostas aos desafios contemporâneos, justamente

porque mais permeáveis ao contraditório e adaptáveis a um futuro em construção.

“Os grandes desafios durante e após a metamorfose continuarão a ser a superação das desigualdades, velhas e novas, o aprofundamento da democracia, a remodelagem das salvaguardas contra a autocracia e a mitigação da mudança climática, que torna o futuro ainda mais incerto. Para enfrentá-los, a sociedade disporá de um novo kit de ferramentas oriundo das mudanças técnicas e comportamentais”, escreve o autor.

No segundo artigo, Bruno P. W. Reis, professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa o impacto das profundas mudanças tecnológicas, econômicas e comportamentais em curso nos sistemas de representação e participação política. Sua tese é a de que comete um equívoco quem pensa a representação política como uma infeliz necessidade de sociedades mais complexas, um mal necessário frente à impossibilidade de ter uma democracia direta. O desafio contemporâneo não seria organizar uma espécie de ágora grega baseada nas tecnologias da informação, mas sim reconstruir os canais de representação num momento em que as sociedades se tornam mais individualizadas e fragmentadas — e crescentemente polarizadas — e as chamadas instituições intermediárias — tipicamente os partidos — perdem filiados e densidade programática.

“O quadro contemporâneo tem tido um claro efeito desorganizador sobre a política. Os movimentos que emergem no novo cenário parecem propensos a rejeitar mediações. Isso costuma ser saudado como uma promessa de democracia direta, mas não há razões para otimismo. Em uma paisagem relativamente desprovida de mediações, por mais que as pessoas tenham a sensação de agir livremente, atores com posição mais central nas redes de poder desfrutarão de maiores graus de liberdade para perseguirem seus propósitos e formatarem unilateralmente a agenda política”, alerta Reis.

No terceiro texto, a historiadora e cientista política Céli Regina Jardim Pinto, professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprofunda-se na discussão sobre o esgotamento da relação neoliberalismo-democracia.

“O neoliberalismo não é em essência antidemocrático, entretanto, não consegue se realizar na democracia. A missão dos neoliberais é limitar as lutas por igualdade, pois estas limitam a liberdade de acumular capital. Para alcançar esse objetivo, necessitam combater os avanços civilizatórios, alcançados primeiro pela luta dos operários e seus direitos trabalhistas, depois pelos movimentos feministas, LGBTQIA+, antirracista etc. É disso que se trata, em grande medida, as ameaças à democracia que enfrentamos no século 21”, diz.

No quarto artigo inédito, o sociólogo Bernardo Sorj, diretor do Centro Edelstein de Políticas Sociais e da Plataforma Democrática, analisa o porquê do sucesso das teorias conspiratórias, uma das ameaças à democracia nos dias que correm.

“O que nos interessa ressaltar é o enorme atrativo que as teorias conspiratórias possuem para diversos setores da população, em um duplo movimento que os transforma em vítimas e ao mesmo tempo os empodera. Transforma-os em vítimas, pois os mais diversos mal-estares vividos (epidemias, crises econômicas, novos costumes, desemprego) pelas pessoas ou grupos seriam produto de uma ação intencional de outros grupos identificados como inimigos. E os empodera, pois oferece às ‘vítimas’ um mapa simplificado do mundo e do culpado a ser combatido”, explica.

No quinto texto, os professores norte-americanos Robert Person e Michael McFaul desconstruem a tese de que a expansão da Otan seria o principal motor da crise que levou à invasão da Ucrânia pela Rússia, defendida pelo presidente Vladimir Putin e repetida por analistas, jornalistas e políticos de diversos países e até mesmo dos Estados Unidos e da Europa.

“Putin deseja algo muito mais significativo na Ucrânia: o fim da democracia e o retorno de sua submissão à Rússia. Enquanto os cidadãos em países livres da Eurásia e da Ásia Central insistirem em exercer seus direitos democráticos de eleger seus próprios líderes e trilhar seu próprio caminho, Moscou continuará tentando enfraquecê-los”, afirmam.

No sexto texto, o cientista político canadense Lucan Ahmad Way, professor da Universidade de Toronto, afirma que, embora a Guerra na Ucrânia desperte muitos temores de que o mundo poderia estar à beira de uma época sombria, ao mesmo tempo há evidências consideráveis de que o ataque de Putin às normas internacionais poderia, em última análise, fortalecer a ordem mundial liberal.

“Mais de 60 anos após os horrores da Segunda Guerra Mundial, a invasão lembrou novamente ao mundo o custo humano brutal provocado pela rejeição dos valores liberais. A democracia não é simplesmente um bem abstrato, mas tem implicações importantes para o bem-estar humano. Embora um maior pluralismo possa não gerar maior crescimento econômico ou reduzir os níveis de corrupção, ele permite às sociedades evitar o tipo de violência brutal que vemos hoje na Ucrânia e, cada vez mais, na Rússia”, escreve.

Por que a democratização no mundo árabe parece um processo tão árduo?, pergunta no sétimo artigo o médico e ativista pela democracia e pelos direitos humanos Moncef Marzouki, que foi presidente da Tunísia entre 2011 e 2014, escolhido pela Assembleia Constituinte eleita após a Primavera Árabe neste país do norte da África.

“Perdemos a luta pela democracia? A resposta é sim, mas essa derrota é temporária. A ditadura, seja do tipo militar no Egito ou populista na Tunísia, tem poucas chances de melhorar a situação econômica da população. Além disso, a instauração de um regime democrático, ainda que imperfeito, deixou um gostinho de liberdade entre as gerações mais jovens e setores influentes da sociedade, como jornalistas,

advogados, ativistas da sociedade civil e assim por diante. Devemos apoiá-los com todas as nossas forças. As vidas de nossos concidadãos dependem disso”, defende o ex-presidente. A Tunísia viveu uma inicialmente bem-sucedida transição democrática a partir de 2011, interrompida no ano passado quando o atual presidente Kais Saïd suspendeu o Parlamento e passou a governar por decreto.

Para concluir esta edição comemorativa, traduzimos o artigo de despedida do cientista político Larry Diamond da função de co-editor do *Journal of Democracy*, cargo que ocupou por 32 anos. Segundo o pesquisador da *Hoover Institution (Stanford University)*, vivemos o momento mais sombrio para a liberdade em meio século, motivado por três fenômenos concomitantes: o contínuo e chocante declínio da democracia nos EUA, a emergência da China como nova superpotência global e a aliança entre a autocracia e a cleptocracia na Rússia de Putin.

“Tenho fé nas perspectivas de longo prazo da democracia, porque é um sistema moralmente superior e porque provou ao longo do tempo ser mais efetivo em atender as necessidades humanas. Mas não há nada de inevitável quanto ao triunfo da democracia. Serão as democracias do mundo capazes de gerir suas divisões e encarar o desafio colocado pelo autoritarismo ressurgente? Apenas um reconhecimento lúcido da profundidade do perigo atual será capaz de produzir a vontade necessária. Continuo otimista”, diz.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

O maior temor de Putin

Robert Person e Michael McFaul

Robert Person é professor associado de Relações Internacionais da Academia Militar dos Estados Unidos e diretor do programa de Relações Internacionais da mesma instituição. **Michael McFaul**, ex-embaixador dos Estados Unidos na Rússia, é professor de Ciência Política da Universidade de Stanford, diretor do Instituto Freeman Spogli de Estudos Internacionais e pesquisador sênior da Hoover Institution.

A brutal invasão da Ucrânia pela Rússia desencadeou a maior guerra na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, derramando indiscriminadamente o sangue de milhares de soldados ucranianos e civis inocentes. O presidente russo, Vladimir Putin, quer que acreditemos que a Otan é a culpada. Ele tem afirmado com frequência que a expansão da Otan — não os 200.000 soldados e marinheiros russos que atacam os portos, aeroportos, estradas, ferrovias e cidades ucranianas — é o principal motor desta crise. Após o artigo provocativo de John Mearsheimer na *Foreign Affairs* de 2014, que argumentava que “a crise da Ucrânia é culpa do Ocidente”, a narrativa da reação russa contra a expansão da Otan tornou-se o modelo dominante para explicar — quando não para justificar — a guerra em curso.¹ Essa ideia tem se repetido não só em Moscou, mas nos Estados Unidos, na Europa e em outros lugares por políticos, analistas e escritores. Várias rodadas de expansão, argumentam, exacerbaram a sensação de insegurança da

*Publicado originalmente como “What Putin Fears Most”, *Journal of Democracy* Volume 33, Number 2 April 2022 © 2022 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

Rússia, à medida que as forças da Otan se aproximavam de suas fronteiras, enfim instigando Putin a atacar violentamente, primeiro com a invasão da Geórgia em 2008, depois da Ucrânia em 2014, e agora uma segunda, e muito maior, invasão da Ucrânia. Segundo essa narrativa, o espectro da adesão da Ucrânia à Otan aponta tanto para a causa do conflito quanto para a sua solução: tire da agenda a adesão da Ucrânia, insiste o argumento, e guerras futuras serão evitadas.

Este argumento tem duas falhas, uma sobre história e outra sobre o pensamento de Putin. Em primeiro lugar, a expansão da Otan não tem sido uma fonte *constante* de tensão entre a Rússia e o Ocidente, mas uma *variável*. Nos últimos trinta anos, a saliência da questão não vem aumentando e diminuindo como resultado das ondas de expansão da Otan, mas, sim, das ondas de expansão democrática na Eurásia. Em um padrão bastante nítido, as queixas de Moscou sobre a aliança aumentam após esses avanços democráticos. Embora as trágicas invasões e ocupações da Geórgia e da Ucrânia tenham assegurado a Putin um poder efetivo de veto em relação a suas aspirações de ingresso na Otan, uma vez que a aliança nunca admitiria um país parcialmente ocupado pelas forças russas, esse fato enfraquece a alegação de Putin de que a invasão atual é motivada pela adesão à Otan. A expansão da Otan já foi praticamente descartada, revelando, assim, que Putin deseja algo muito mais significativo na Ucrânia: o fim da democracia e o retorno de sua submissão à Rússia. Em 24 de fevereiro, em um discurso de uma hora de duração, explicando sua decisão de invadir, ele disse isso de maneira direta.

Essa realidade evidencia a segunda falha: como a principal ameaça a Putin e seu regime autocrático é a democracia, e não a Otan, essa ameaça percebida não desapareceria magicamente com uma moratória da expansão da Otan. Putin não pararia de tentar minar a democracia e a soberania na Ucrânia, na Geórgia ou na região como um todo caso a Otan parasse de se expandir. Enquanto os cidadãos em países livres

exercerem seus direitos democráticos de eleger seus próprios líderes e trilharem seu próprio caminho na política interna e externa, Putin continuará tentando enfraquecê-los. O objetivo declarado de Putin de “desnazificação” da Ucrânia é linguagem cifrada para mudança de regime — a mudança para um regime antidemocrático.

Como chegamos aqui

De fato, a Otan e sua expansão sempre foram fontes de tensão nas relações dos Estados Unidos com a União Soviética e, posteriormente, com a Rússia. Há duas décadas, um de nós foi coautor (com James Goldgeier) de um livro sobre as relações Estados Unidos–Rússia, *Power and Purpose* [Poder e Propósito], que inclui um capítulo chamado “NATO Is a Four-Letter Word” [Otan é uma palavra de quatro letras].² Em graus diferentes, os líderes do Kremlin Mikhail Gorbachov, Boris Iéltsin, Putin e Dmitri Medvedev expressaram preocupações com a expansão da aliança.

Desde sua fundação, em 1949, a Otan manteve suas portas abertas para novos membros que atendessem aos critérios de admissão. Após o colapso da URSS em 1991, não era de se surpreender que países anteriormente anexados, subjugados e invadidos pela União Soviética desejassem buscar relações de segurança mais próximas com o Ocidente. Os Estados Unidos e outros aliados da Otan trabalharam duro para não dar as costas às aspirações dessas sociedades recém-independentes, ao mesmo tempo em que mantinham parcerias com a Rússia em questões europeias e outras questões de segurança. Essa estratégia às vezes foi bem-sucedida, outras vezes, não.

Muitos dos que culpam a Otan pelo atual conflito na Ucrânia ignoram o fato de que, nos trinta anos desde o fim da Guerra Fria, a rejeição de Moscou à expansão da Otan foi mudando de direção em diferentes momentos.

Quando o Presidente Boris Iéltsin concordou em assinar o Ato Fundador Otan-Rússia em 1997, a Rússia e a aliança codificaram nesse acordo uma agenda abrangente de cooperação. Na cerimônia de assinatura, Iéltsin declarou:

O que também é muito importante é que estamos criando os mecanismos de consulta e cooperação entre a Rússia e a Aliança. E isso nos permitirá, de forma justa e igualitária, discutir e, quando necessário, aprovar decisões conjuntas sobre questões importantes relacionadas à segurança e estabilidade, questões e áreas afetas aos nossos interesses.³

Em 2000, enquanto visitava Londres, Putin, então presidente russo interino, até sugeriu que a Rússia poderia se juntar à Otan algum dia:

Por que não? Não descarto tal possibilidade [...] no caso de atender aos interesses da Rússia, se formos um parceiro igualitário. A Rússia faz parte da cultura europeia, e não considero meu próprio país isolado da Europa. [...] Portanto, tenho dificuldade em imaginar a Otan como inimiga.⁴

Por que Putin iria querer fazer parte de uma aliança que supostamente ameaça a Rússia?

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, o presidente dos Estados Unidos George W. Bush e Putin estabeleceram uma relação estreita e cooperativa para combater um inimigo comum: o terrorismo. Na época, Putin estava focado na cooperação com a Otan, e não no confronto. A única vez em que a aliança invocou o artigo 5º em defesa coletiva foi para apoiar uma intervenção da Otan no Afeganistão, uma ação que Putin apoiou no Conselho de Segurança da ONU. Ele então reforçou esse apoio diplomático por meio de assistência militar concreta para a aliança, incluindo a ajuda aos Estados Unidos para estabelecer bases militares no Uzbequistão e no Quirguistão. Se a Otan sempre foi uma ameaça à Rússia e à sua “esfera de influência”, por que Putin facilitou a abertura dessas bases na antiga União Soviética?

Durante sua visita aos Estados Unidos em novembro de 2001, Putin adotou um tom realista, porém cooperativo:

Somos diferentes nos caminhos e meios que julgamos adequados para atingir o mesmo objetivo [...]. [Mas] pode-se ter certeza de que qualquer solução final encontrada, ela não ameaçará [...] os interesses de nossos países e do mundo.⁵

Em uma entrevista naquele mês, Putin declarou o seguinte:

A Rússia reconhece o papel da Otan no mundo de hoje. A Rússia está preparada para expandir sua cooperação com essa organização. E, se mudarmos a qualidade da relação, se mudarmos o formato da relação entre a Rússia e a Otan, então acho que a expansão da Otan deixará de ser um problema — não será mais uma questão relevante.⁶

Quando a Otan anunciou, em 2002, seu plano para uma grande (e última grande) onda de expansão, que incluiria três antigas repúblicas soviéticas — Estônia, Letônia e Lituânia —, Putin mal reagiu. Ele certamente não ameaçou invadir nenhum dos países para mantê-los fora da Otan. Questionado, no final de 2001, se ele se opunha à adesão dos países bálticos à Otan, ele afirmou: “É claro que não estamos em posição de dizer às pessoas o que fazer. Não podemos proibir que as pessoas façam certas escolhas se quiserem aumentar a segurança de suas nações de determinada maneira”.⁷

Putin manteve essa atitude quando se tratava de a Ucrânia um dia entrar na aliança atlântica. Em maio de 2002, quando perguntado sobre o futuro das relações da Ucrânia com a Otan, Putin respondeu desapassionadamente:

Estou absolutamente convencido de que a Ucrânia não se afastará dos processos de expansão da interação com a Otan e com os aliados ocidentais como um todo. A Ucrânia tem suas próprias relações com a Otan. Há

a Comissão Otan-Ucrânia. No fim do dia, a decisão deve ser tomada pela Otan e pela Ucrânia. É uma questão para esses dois parceiros.⁸

Uma década depois, sob o comando do presidente Medvedev, a Rússia e a Otan estavam cooperando mais uma vez. Na cúpula da Otan de 2010 em Lisboa, Medvedev declarou:

O período de distância em nossas relações e reivindicações uns contra os outros finalmente acabou. Vemos o futuro com otimismo e trabalharemos no desenvolvimento das relações entre a Rússia e a Otan em todas as áreas [...] [à medida que avançam em direção a] uma parceria completa.⁹

Naquela cúpula, ele até cogitou a possibilidade de cooperação Rússia-Otan na defesa antimísseis. Não havia queixas sobre a expansão da Otan.

Do fim da Guerra Fria até a invasão da Ucrânia por Putin em 2014, a Otan vinha diminuindo recursos e contingentes na Europa, não aumentando. Mesmo quando se expandia, a capacidade militar da Otan na Europa era muito maior na década de 1990 do que nos anos 2000. Durante esse mesmo período, Putin estava gastando recursos significativos para modernizar e expandir as forças convencionais da Rússia destacadas na Europa. O equilíbrio de poder entre a Otan e a Rússia estava mudando em favor de Moscou.

Esses episódios de cooperação substantiva Rússia-Otan minam o argumento de que a expansão da Otan tem sido sempre o motor do confronto da Rússia com o Ocidente nas últimas três décadas. O registro histórico simplesmente não sustenta a tese de que uma Otan em expansão é a única culpada pelo antagonismo russo com o Ocidente e a agressão de Moscou contra a Ucrânia desde 2014. Em vez disso, devemos procurar em outro lugar a fonte genuína da hostilidade de Putin à Ucrânia e a seus parceiros ocidentais.

A causa mais grave das tensões tem sido uma série de avanços democráticos e protestos populares pela liberdade em países pós-comu-

nistas ao longo dos anos 2000, que muitos, incluindo Putin, chamam de “revoluções coloridas”.¹⁰ Putin acredita que os interesses nacionais russos foram ameaçados pelo que ele chama de golpes apoiados pelos Estados Unidos. Depois de cada um deles — Sérvia em 2000, Geórgia em 2003, Ucrânia em 2004, Primavera Árabe em 2011, Rússia em 2011-12 e Ucrânia em 2013-14 —, Putin adotou políticas mais hostis em relação aos Estados Unidos e, em seguida, invocou a ameaça da Otan como justificativa para fazê-lo.

Boris Iéltsin nunca apoiou a expansão da Otan, mas concordou com a primeira rodada de expansão em 1997 porque acreditava que não valia a pena sacrificar os laços estreitos com o presidente Bill Clinton e os Estados Unidos por uma questão relativamente menor. Por meio do programa Parceria para a Paz da Otan e, especialmente, do Ato Fundador Otan-Rússia, Clinton e sua equipe fizeram um esforço considerável para manter positivas as relações entre Estados Unidos e Rússia enquanto negociavam a expansão da Otan. O bombardeio da Otan à Sérvia em 1999 para impedir a limpeza étnica no Kosovo testou severamente essa estratégia, mas sobreviveu em parte porque Clinton deu a Iéltsin e à Rússia um papel na solução negociada. Quando a primeira revolução colorida pós-comunista derrubou Slobodan Milosevic um ano depois, o novo presidente da Rússia, Putin, lamentou o ato, mas não reagiu de forma exagerada. Naquela época, ele ainda considerava a possibilidade de cooperação com o Ocidente, incluindo a Otan.

No entanto, a onda seguinte de expansão democrática no mundo pós-soviético, a Revolução Rosa de 2003 na Geórgia, escalou significativamente as tensões entre Estados Unidos e Rússia. Putin culpou diretamente os Estados Unidos por apoiarem aquele avanço democrático e ajudarem a colocar no poder alguém que ele via como um fantoche pró-americano, o presidente Mikhail Saakashvili. Imediatamente após a Revolução Rosa, Putin tentou minar a democracia georgiana, invadindo-a em agosto de 2008 e reconhecendo duas regiões georgia-

nas — Abcásia e da Ossétia do Sul — como Estados independentes. As relações entre Estados Unidos e Rússia atingiram o mais baixo patamar pós-soviético em 2008.

Um ano após a Revolução Rosa, a expansão democrática mais importante no mundo pós-soviético, a Revolução Laranja, eclodiu na Ucrânia em 2004.¹¹ Nos anos que antecederam esse avanço democrático, a orientação de política externa da Ucrânia sob o presidente Leonid Kuchma era relativamente equilibrada entre o Oriente e o Ocidente, mas com o aumento gradual dos laços entre Kiev e Moscou. Isso mudou quando uma eleição presidencial fraudulenta ocorrida no final de 2004 levou centenas de milhares de ucranianos às ruas, que acabou por destituir o sucessor escolhido a dedo por Kuchma e Putin, Viktor Yanukovich.¹² Em seu lugar, a Coalizão Laranja pró-democracia e pró-Ocidente liderada pelo presidente Viktor Yushchenko e pela primeira-ministra Yulia Tymoshenko assumiu o poder.

Em comparação com a Sérvia em 2000 ou com a Geórgia em 2003, a Revolução Laranja da Ucrânia era uma ameaça muito maior para Putin. Primeiro, a Revolução Laranja ocorreu repentinamente e em um país muito maior e mais estratégico na fronteira com a Rússia. A guinada abrupta para o Ocidente por Yushchenko e seus aliados deixou Putin diante da perspectiva de que ele havia “perdido” um país no qual havia depositado enorme importância simbólica e estratégica.

Para Putin, a Revolução Laranja minou um objetivo central de sua grande estratégia: estabelecer uma esfera privilegiada e exclusiva de influência em todo o território que outrora compunha a União Soviética.¹³ Putin acredita em esferas de influência — ou seja, que, enquanto grande potência, a Rússia tem o direito de vetar decisões políticas soberanas de seus vizinhos. Putin também exige exclusividade em seu quintal: a Rússia deve ser a única grande potência a exercer tal privilégio (ou mesmo para desenvolver laços estreitos) com esses países. Essa posição endureceu significativamente desde a postura conciliató-

ria de Putin em 2002, à medida que a influência da Rússia na Ucrânia diminuiu e os cidadãos ucranianos têm sinalizado repetidamente seu desejo de escapar das garras de Moscou. Agora é necessário haver subserviência. Como explicou Putin em um artigo recente, em sua opinião, ucranianos e russos são “um só povo”, que ele está tentando reunir, ainda que por meio da coerção.¹⁴ Para Putin, portanto, a “perda” da Ucrânia para o Ocidente em 2004 representou um grande ponto de inflexão negativa nas relações Estados Unidos–Rússia, que foi muito mais importante do que a segunda onda de expansão da Otan, concluída no mesmo ano.

Em segundo lugar, os ucranianos que se levantaram em defesa de sua liberdade eram, na avaliação de Putin, irmãos eslavos com estreitos laços históricos, religiosos e culturais com a Rússia. Se poderia acontecer em Kiev, por que não em Moscou? Vários anos depois, isso quase ocorreu na Rússia, quando uma série de protestos em massa eclodiram em Moscou, São Petersburgo e outras cidades na esteira de eleições parlamentares fraudulentas em dezembro de 2011.¹⁵ Foram os maiores protestos na Rússia desde 1991, o ano em que a União Soviética entrou em colapso. Pela primeira vez em mais de uma década de Putin no poder, os russos comuns mostraram-se dispostos e capazes de ameaçar seu poder.¹⁶ Essa revolta popular na Rússia ocorreu no mesmo ano da Primavera Árabe e foi seguida pelo retorno de Putin ao Kremlin como presidente para um terceiro mandato em 2012. A combinação daqueles protestos em massa e a reeleição de Putin como presidente causaram outra grande reviravolta negativa nas relações entre Estados Unidos e Rússia, e puseram fim ao “reinício” (*reset*) lançado pelos presidentes Barack Obama e Dmitri Medvedev em 2009.¹⁷ A mobilização democrática, primeiro no Oriente Médio e depois em toda a Rússia — e não a expansão da Otan —, encerrou esse último capítulo da cooperação Estados Unidos–Rússia. Não houve novos capítulos de cooperação desde então.

As relações entre Estados Unidos e Rússia deterioraram-se ainda mais em 2014, novamente por causa de uma nova expansão democrática, não da expansão da Otan. A próxima mobilização democrática a ameaçar Putin aconteceu novamente na Ucrânia em 2013-14. Putin não invadiu a Ucrânia após a Revolução Laranja em 2004, mas empregou outros instrumentos de influência para ajudar seu protegido, Viktor Yanukovych, a vencer as eleições presidenciais na Ucrânia, seis anos depois, em votação apertada. Yanukovych, no entanto, não era um servo leal do Kremlin, e tentou cultivar laços com a Rússia e com o Ocidente. Putin acabou obrigando Yanukovych a fazer uma escolha, e o presidente ucraniano escolheu a Rússia em novembro de 2013, quando recusou-se a assinar um acordo de associação com a União Europeia, em favor da adesão à União Econômica Eurasiática da Rússia.

Para surpresa de todos em Moscou, Kiev, Bruxelas e Washington, a decisão de Yanukovych de barrar esse acordo com a UE desencadeou novamente manifestações em massa na Ucrânia, com centenas de milhares de ucranianos saindo às ruas, o que se tornaria conhecido como Euromaidan ou “Revolução da Dignidade”, para protestar contra o afastamento de Yanukovych do Ocidente democrático. Os protestos de rua duraram várias semanas e foram marcados pela morte trágica de dezenas de manifestantes pacíficos em consequência da repressão levada a cabo por Yanukovych, pelo eventual colapso de seu governo e por sua fuga para a Rússia em fevereiro de 2014, com um novo governo pró-Ocidente assumindo o poder em Kiev. Putin havia “perdido” a Ucrânia pela segunda vez em uma década, novamente por causa da mudança para um regime democrático.

Mas, dessa vez, Putin revidou com força militar para punir os supostos usurpadores neonazistas apoiados pelos Estados Unidos em Kiev. Forças armadas russas tomaram a Crimeia — Moscou posteriormente anexou a península ucraniana. Putin também forneceu dinheiro, equipamentos e soldados para apoiar separatistas no leste da Ucrânia,

alimentando uma guerra de oito anos em Donbass, que ceifou a vida de aproximadamente quatorze mil pessoas. Depois de invadir — não antes —, Putin ampliou suas críticas à expansão da Otan para justificar suas ações beligerantes.

Em resposta a essa segunda revolução democrática ucraniana, Putin concluiu que a cooptação por meio de eleições e outros meios não militares devia ser combinada com maior pressão coercitiva, incluindo a intervenção militar. Desde a Revolução da Dignidade, Putin tem travado um ataque sem precedentes contra a democracia da Ucrânia, usando um amplo espectro de armas militares, políticas, informacionais, sociais e econômicas, na tentativa de desestabilizar e, por fim, derrubar o governo democraticamente eleito da Ucrânia.¹⁸ A relação da Ucrânia com a Otan e os Estados Unidos era apenas um sintoma do que Putin acredita ser a doença subjacente: uma Ucrânia soberana e democrática.

O verdadeiro *casus belli*¹ de Putin: a democracia ucraniana

Surpreendentemente, oito anos de implacável pressão russa não quebraram a democracia ucraniana. Exatamente o oposto. Após a anexação de Putin e o apoio contínuo à guerra em Donbass, os diferentes grupos étnicos, linguísticos e regionais estão agora mais unidos do que em qualquer outro momento da história ucraniana. Em 2019, Volodimir Zelenski conquistou a presidência ucraniana em uma vitória acachapante, obtendo apoio popular em todas as regiões do país. Não surpreende que a guerra de Putin no leste da Ucrânia também tenha alimentado entre os ucranianos a vontade de se juntar à Otan.

Em fevereiro de 2022, Putin iniciou uma nova estratégia para acabar com a democracia ucraniana: uma intervenção militar massiva.

1. Do latim, “caso de guerra”. Ato que dá origem à guerra entre países. (N. T.)

Putin afirma que seu propósito é impedir a expansão da Otan. Mas isso é uma ficção. Nada nas relações Ucrânia-Otan mudou no último ano. É verdade que a Ucrânia aspira a se juntar à Otan algum dia (o objetivo está presente inclusive na Constituição ucraniana). Mas, embora os líderes da Otan tenham permanecido comprometidos com o princípio de uma política de portas abertas, eles também declararam claramente antes da guerra que a Ucrânia ainda não cumpria os requisitos para aderir. O *casus belli* de Putin é uma invenção dele.

Na véspera da invasão, a estratégia de Putin para minar a democracia ucraniana parecia que poderia ter sucesso sem o uso de força militar. A própria ameaça de guerra causou danos significativos à economia ucraniana e alimentou novas divisões entre os partidos políticos da Ucrânia em relação à maneira como Zelenski conduziu a crise. Alguns argumentaram que Zelenski deveria ter formado uma grande coalizão ou governo de unidade; outros lamentaram os preparativos supostamente inadequados para a guerra. E alguns afirmaram que Zelenski demonstrou sua inexperiência diplomática ao discutir com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, sobre a possibilidade de uma invasão russa em um momento em que a unidade com o Ocidente era mais necessária.

Mas um Putin impaciente e irritado não podia mais esperar. Ele atacou com todo o poder das forças armadas russas. No momento em que este ensaio seguiu para publicação, a guerra ainda estava em curso.²

Até o momento, a estratégia de Putin parece ter saído pela culatra. Contrariando suas expectativas, o uso da força por Putin fortaleceu a democracia ucraniana em vez de enfraquecê-la. Sua decisão de invadir a Ucrânia uniu os ucranianos e fortaleceu a popularidade e a imagem de Zelenski como líder da nação. Enquanto Putin se mantinha isolado de seus súditos e até mesmo de seus próprios cortesãos, enquanto suas bombas causavam devastação em uma terra distante, o carismático

2. Nota do editor brasileiro: No fechamento da edição do Journal em Português, a Guerra na Ucrânia já havia completado cem dias, sem perspectiva de um desfecho para o conflito.

Zelenski prometeu ficar em Kiev com seus soldados e lutar pelo futuro democrático da Ucrânia, mobilizando a opinião pública na Ucrânia e em todo o mundo. Putin pode ainda não acreditar que exista uma nação ucraniana, como alegou em diversas ocasiões. Mas, assim como a guerra forjou identidades nacionais por séculos, a agressão russa galvanizou um povo ucraniano que sempre virará as costas para a autocracia da Moscóvia,³ preferindo abraçar o valor universal da liberdade — liberdade da dominação russa, liberdade para escolher seu próprio destino, liberdade para viver em paz.

Mas, apesar dos primeiros sucessos ucranianos no campo de batalha, a sobrevivência a longo prazo da democracia ucraniana está em perigo. A constante retórica belicosa de Putin e a rejeição de qualquer tentativa séria de negociar um cessar-fogo sugerem que o ataque de Moscou seguirá inalterado. As primeiras operações militares da Rússia sugerem que Putin imaginou uma operação de guerra rápida e intensa (*Blitzkrieg*), com várias frentes, que enfrentariam pouca resistência e rapidamente cercariam Kiev, resultando na remoção forçada de Zelenski do poder. Novas eleições, realizadas sob a mira de um revólver, entregariam a Putin seu desejado governo fantoche, assim como fizeram na Europa Oriental pós-Segunda Guerra Mundial, à sombra dos tanques soviéticos. Em uma cidade ucraniana, Melitopol, em um fac-símile dos métodos de Stalin na Europa Oriental após 1945, as forças de ocupação da Rússia já removeram o prefeito e instalaram um fantoche de Moscou. No momento que este ensaio era escrito, no entanto, os militares russos enfrentavam uma intensa resistência ucraniana e se preparavam para a desagradável perspectiva de

“O povo ucraniano já provou sua coragem: eles lutarão por sua democracia até o dia em que as forças russas deixarem a Ucrânia.”

3. A Moscóvia, ou Grão-Ducado de Moscou, foi a entidade política na Idade Média que antecedeu o Império Russo. (N. T.)

uma batalha longa e sangrenta por quilômetros no inóspito território ucraniano. Os exércitos russos serão tratados pelos ucranianos como os ocupantes de 1941, não os libertadores de 1945. É muito cedo para prever o resultado dessa guerra terrível. Mas, apesar do fraco desempenho do exército russo até o momento, não há evidências que sugiram que Putin abandonou seu objetivo de remover Zelenski do poder e submeter a Ucrânia ao controle de Moscou.

Putin pode não gostar da expansão da Otan, mas não está genuinamente assustado com isso. A Rússia tem o maior exército da Europa, inflado por duas décadas de generosos gastos. A Otan é uma aliança defensiva. Nunca atacou a União Soviética ou a Rússia, e nunca atacará. Putin sabe disso. Mas Putin está ameaçado por uma democracia florescente na Ucrânia. Não consegue tolerar uma Ucrânia bem-sucedida e democrática na fronteira da Rússia, especialmente se o povo ucraniano também começar a prosperar economicamente. Isso prejudicaria a estabilidade do próprio regime do Kremlin e a lógica usada para justificar uma liderança autocrática. Assim como Putin não pode permitir que a vontade do povo russo guie o futuro do país, ele não pode permitir que o povo da Ucrânia, que tem cultura e história compartilhadas, alcance o futuro próspero, independente e livre pelo qual votaram e lutaram.

Embora a probabilidade de um cessar-fogo estável pareça atualmente remota, sanções sem precedentes e uma crescente insatisfação popular dentro da Rússia poderiam, em teoria, forçar Putin a sentar-se na mesa de negociações. A névoa da guerra é densa. Mas, independentemente de onde os invasores russos sejam detidos — seja Luhansk e Donetsk ou Kharkiv, Mariupol, Kherson, Odessa, Kiev ou Lviv —, o Kremlin continuará comprometido em minar a democracia e a soberania ucranianas (e georgianas, moldovas, armênias etc.) enquanto Putin permanecer no poder, e talvez mais tempo, se a autocracia russa continuar. O povo ucraniano já provou sua coragem: eles lutarão por sua democracia até o dia em que as forças russas deixarem a Ucrânia.

Notas

1. John J. Mearsheimer, “Why the Ukraine Crisis Is the West’s Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin”. *Foreign Affairs*, v. 93, n. 5, p. 77, set./out. 2014.

2. James M. Goldgeier e Michael McFaul, *Power and Purpose: U.S. Policy Toward Russia After the Cold War*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2003.

3. White House Office of the Press Secretary, “NATO-Russia Founding Act Signing”. 27 maio 1997. Disponível em: <<https://clintonwhitehouse5.archives.gov/WH/new/Europe/19970527-814.html>>.

4. David Hoffman, “Putin Says ‘Why Not?’ to Russia Joining NATO”. *Washington Post*, 6 mar. 2000. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2000/03/06/putin-says-why-not-to-russia-joining-nato/c1973032-c10f-4bff-9174-8cae673790cd>>.

5. Bob Kemper, “Bush, Putin Downplay Differences”. *Chicago Tribune*, 16 nov. 2001. Disponível em: <<https://www.chicagotribune.com/news/ct-xpm-2001-11-16-0111160193-story.html>>.

6. “Transcript of Robert Siegel Interview with Vladimir Putin”. NPR, 15 nov. 2001. Disponível em: <<https://legacy.npr.org/news/specials/putin/nprinterview.html>>.

7. Ibid.

8. “Press Statement and Answers to Questions at a Joint News Conference with Ukrainian President Leonid Kuchma”. President of Russia, 17 maio 2002. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/21598>>.

9. “News Conference Following NATO-Russia Council Meeting”. President of Russia, 20 nov. 2010. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/9570>>.

10. Michael McFaul, “Transitions from Postcommunism”. *Journal of Democracy*, v. 16, n. 3, pp. 5-19, jul. 2005.

11. Anders Åslund e Michael McFaul, *Revolution in Orange: The Origins of Ukraine’s Democratic Breakthrough*. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2006.

12. McFaul, op. cit., p. 5.
13. Robert Person, “Four Myths About Russian Grand Strategy”. Center for Strategic and International Studies, 22 set. 2020. Disponível em: <<https://www.csis.org/blogs/post-soviet-post/four-myths-about-russian-grand-strategy>>.
14. Vladimir Putin, “On the Historical Unity of Russians and Ukrainians”. President of Russia, 12 jul. 2021. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>>.
15. Denis Volkov, “Putinism Under Siege: The Protesters and the Public”. *Journal of Democracy*, v. 23, n. 3, pp. 55-62, jul. 2012.
16. Robert Person, “Balance of Threat: The Domestic Insecurity of Vladimir Putin”. *Journal of Eurasian Studies*, v. 8, n. 1, pp. 44-59, 2017.
17. Michael McFaul, *From Cold War to Hot Peace: An American Ambassador in Putin’s Russia*. Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2018.
18. Taras Kuzio, *Putin’s War Against Ukraine: Revolution, Nationalism, and Crime*. North Charleston, South Carolina (Estados Unidos): CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>